



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**LEI MUNICIPAL Nº 5.565, de 06 de maio de 2025.**

**INSTITUI O REGIME ESPECIAL DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA OS TITULARES DOS CARGOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MOTORISTA, OPERADOR DE VEÍCULOS PESADOS E OPERADOR DE MÁQUINA; ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 3.597, DE 27 DE JULHO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**GIOVANI BATISTA FELTES**, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores, aprovado, sanciona a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º.** A Lei Municipal nº 3.597, de 27 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 1º. Os servidores públicos efetivos, da Administração Municipal de Campo Bom, titulares dos Cargos Públicos Municipais de Motorista, designados para conduzir, em veículos de passeio, integrantes da Administração Municipal para a Capital do Estado, ou para conduzir veículos de transporte coletivo, para qualquer local, dentro ou fora do território municipal, receberão, em razão da dedicação especial necessária ao desempenho desta atividade, um adicional mensal de R\$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais), e os designados para conduzir veículos de transporte coletivo escolar, receberão um adicional mensal de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), anualmente reajustáveis pelos mesmos índices de correção dos vencimentos dos servidores municipais.*

*Parágrafo Único - O adicional a que se refere o caput deste art. 1º:*

- a) não se incorporará aos vencimentos do servidor para quaisquer fins ou efeitos;*
- b) não prejudicará a percepção de outros adicionais pelo servidor que o receba, aos quais acaso tenha direito;*
- c) refletir-se-á proporcionalmente, enquanto percebido, em gratificações natalinas e em férias.*

*Art. 1º-A. Os servidores públicos efetivos, da Administração Municipal de Campo Bom, titulares dos Cargos Públicos Municipais de Motorista, Operador de Veículos Pesados e Operador de Máquina, poderão ser convocados para regime especial de dedicação exclusiva.*



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

*§ 1º. Enquanto permanecer convocado para o regime especial de dedicação exclusiva o servidor, independentemente da carga horária original do seu cargo, não poderá exercer qualquer outra atividade remunerada, seja na esfera pública ou privada.*

*§ 2º. A convocação para regime especial de dedicação exclusiva dar-se-á para atender a necessidade do serviço e deverá ser formalizada por ato do Prefeito Municipal.*

*§ 3º. Os convocados para regime especial de dedicação exclusiva perceberão um adicional mensal de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), anualmente reajustável pelos mesmos índices de correção dos vencimentos dos servidores municipais.*

*§ 4º. O adicional a que se refere o § 3º deste artigo:*

*I – não se incorporará aos vencimentos do servidor para quaisquer fins ou efeitos;*

*II – não prejudicará a percepção de outros adicionais pelo servidor que o receba, aos quais acaso tenha direito;*

*III – refletir-se-á proporcionalmente, enquanto percebido, em gratificações natalinas e em férias.*

*§ 5º. A convocação para o regime especial de dedicação exclusiva não poderá ser por lapso temporal superior a 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, facultada, entretanto, a respectiva repetição, por iguais ou inferiores períodos, a critério exclusivo do Prefeito Municipal.”*

**Art. 2º.** As despesas decorrentes desta Lei, cujo impacto orçamentário financeiro consta do respectivo Anexo I, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, de 06 de maio de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,  
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

NEIVA ROSANE STACKE SOARES DA SILVA,  
Secretária Municipal de Administração.



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**LEI MUNICIPAL Nº 5.565, de 06 de maio de 2025.**

**ANEXO I.**

**A - Impacto Orçamentário-Financeiro.**

A Lei prevê a atribuição de um adicional pecuniário aos titulares dos cargos públicos municipais efetivos de motoristas, operador de máquina e operador de veículos pesados, nas seguintes categorias:

- Motorista quando designados para conduzir veículos de transporte coletivo escolar, receberá adicional pecuniário no valor de R\$ 825,00 mensais;
- Motorista quando designados para conduzir veículos de transporte de passeio, para a Capital do Estado receberá adicional pecuniário no valor de R\$ 665,00;
- Motorista quando designado para conduzir veículos de transporte coletivo, para qualquer local dentro ou fora do território municipal, receberá adicional pecuniário no valor de R\$ 665,00;
- Motorista quando convocado para regime especial de dedicação receberá adicional pecuniário no valor de R\$ 465,00;
- Operador de Máquina, quando convocado para regime especial de dedicação receberá adicional pecuniário no valor de R\$ 465,00;
- Operador de Veículos Pesados, quando convocado para regime especial de dedicação receberá adicional pecuniário no valor de R\$ 465,00.

Atualmente o município possui 5 motoristas designados a conduzir veículos de transporte coletivo escolar e 10 motoristas designados as categorias de viagens a Porto Alegre e transporte coletivo para qualquer local, dentro ou fora do município. No quadro de cargos e funções do Município, existem 60 vagas para motoristas.

Com base nestes dados podemos estabelecer o acréscimo na despesa proporcionada pela concessão do adicional em pauta.

Quadro demonstrativo dos adicionais alterados o valor e dos novos que serão concedidos.

Cargos	Nº de Motoristas Possíveis de Serem contemplados	Valor do adicional	Sub-total mensal	Total Anual consideradas as férias e gratificação natalina – 12 vencimentos + 1/3 no mês de férias +13º Salário = 13,33
Motoristas que passarão a ser contemplados com o valor de R\$ 825,00 (Transporte Coletivo Escolar)	5	R\$ 825,00	R\$ 4.125,00	R\$ 54.986,25
Motoristas que passarão a ser contemplados com o valor de R\$ 665,86 (Veículos de passeio designado para dirigir até Porto Alegre ou veículo de transporte coletivo para qualquer local dentro ou fora do município)	10	R\$ 665,00	R\$ 6.650,00	R\$ 88.644,50
Motoristas que passarão a ser contemplados com o valor de R\$ 465,00 (Motorista em regime especial de dedicação exclusiva)	45	R\$ 465,00	R\$ 20.925,00	R\$ 278.930,25



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

<b>Operador de Máquinas - Serão contemplados com o valor de R\$ 465,00 (Em regime especial de dedicação exclusiva)</b>	<b>1</b>	R\$ 465,00	R\$ 465,00	R\$ 6.198,45
<b>Operador de Veículos Pesados - serão contemplados com o valor de R\$ 465,00 (Em regime especial de dedicação exclusiva)</b>	<b>5</b>	R\$ 465,00	R\$ 2.325,00	R\$ 30.992,25
<b>DIFERENÇA DE VALORES</b>	<b>66</b>		<b>R\$ 34.490,00</b>	<b>R\$ 459.751,70</b>

Quadro demonstrativo dos adicionais já existentes e que somente os valores serão alterados.

<b>Cargos</b>	<b>Nº de Motoristas contemplados</b>	<b>Valor do adicional</b>	<b>Sub-total mensal</b>	<b>Total Anual consideradas as férias e gratificação natalina – 12 vencimentos + 1/3 no mês de férias +13º Salário = 13,33</b>
<b>Motoristas que hoje recebem o valor de R\$ 657,52 (Transporte Coletivo Escolar)</b>	<b>5</b>	R\$ 657,52	R\$ 3.287,60	R\$ 43.823,71
<b>Motoristas que hoje recebem R\$ 465,86 (Veículos de passeio designado para dirigir até Porto Alegre ou veículo de transporte coletivo para qualquer local dentro ou fora do município)</b>	<b>10</b>	R\$ 465,86	R\$ 4.658,60	R\$ 62.099,14
	<b>15</b>		<b>R\$ 7.946,20</b>	<b>R\$ 105.922,85</b>

<b>DIFERENÇA DE VALORES A SEREM PAGOS NO PERÍODO DE 12 MESES</b>	<b>R\$ 353.828,85</b>
--	-----------------------

Cabe a este Órgão o exame da Lei quanto à sua compatibilização e adequação com as Leis Orçamentárias relativas ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária anual; bem assim, a análise da proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, na medida em que os gastos que advirão da implementação da Lei em pauta, enquadrar-se-ão na condição de despesa obrigatória de caráter continuado, sujeita, portanto, à observância do disposto no art. 17 §§ 1º e 2º do referido Diploma.

Pelo que dispõe o mencionado § 1º, do art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no Exercício em que entrar em vigor, e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio.

Por sua vez, o mencionado § 2º, do mesmo referido dispositivo legal, determina que tal ato deve ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

De outra banda, tratando-se de proposição de aumento de despesa com pessoal, deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, especialmente



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

no que refere as restrições e exceções contidas no respectivo § 1º, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 (prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Considerando o destacado na Tabela acima, verificamos que se providos, no Exercício em curso, todos os cargos que receberão, em razão da dedicação especial necessária ao desempenho da atividade, ou da convocação do regime especial de dedicação exclusiva, o adicional mensal respectivo, tal implicará em um aumento máximo na despesa deste exercício de 2025 no valor de R\$ 274.197,45, visto que a despesa somente ocorrerá a partir do mês de abril do presente exercício.

A vista de tais dados podemos afirmar igualmente que o aumento máximo da Despesa em razão do proposto no Projeto de Lei em apreciação, no próximo exercício (2026), não ultrapassará a importância de R\$ 389.211,73, ainda que ocorrido reajuste de vencimentos na ordem de 10%. E, também estabelecer, que no Exercício de 2027, tal despesa não ultrapassará R\$ 428.132,90, ainda que igualmente reajustados os vencimentos dos servidores em 10%.

Sabemos que cabe a este órgão o exame da Lei quanto à sua compatibilização e adequação com as leis orçamentárias relativas ao plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual; bem assim, a análise da proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, na medida em que os gastos que advirão da implementação da Lei, enquadrar-se-ão na condição de despesa obrigatória de caráter continuado, sujeita, portanto, à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025 contempla o demonstrativo da margem de expansão das despesas de caráter continuado, e nos dá conta de que há margem líquida de expansão suficiente para absorver o Impacto Orçamentário-Financeiro decorrente do provimento dos cargos cuja criação é ora proposta. Há também, na Lei Orçamentária para 2025 dotação suficiente para atender a projeção desta despesa de pessoal e dos encargos dela decorrentes.

Assim sendo, podemos afirmar que o Projeto de Lei se mostra compatível e adequado com o art. 169 da Constituição Federal, com a Lei Complementar nº 101/2000, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e de Orçamento para os Exercícios de 2025, e, notadamente, não prejudicará as metas de resultados fiscais previstos.

Consequentemente, entendemos que se trata de Projeto de Lei, orçamentária e financeiramente adequado, não oportunizando o extrapolamento do limite geral de despesas com pessoal, e que inequivocamente resultará em benefícios para a comunidade, compensando a despesa projetada, pois, viabilizará a manutenção de adequado atendimento a todos os serviços, vistos serem motoristas de todas as áreas da administração pública, operadores de veículos pesados e operador de máquinas, contemplando, educação, saúde, assistência social, fiscalização, obras, etc., enfim, todas as secretarias de forma direta e efetiva, serão beneficiados com esta adequação de valores, o que consequentemente promoverá maior bem estar da comunidade em geral.

Por conseguinte, podemos afirmar que a Lei em questão se mostra compatível e adequado com o disposto no art. 169 da Constituição Federal, com a Lei Complementar nº 101/2000, e com a Lei de Orçamento - LO para este Exercício de 2025

Campo Bom, 06 de maio de 2025.

NILSON PARNOW,  
Secretário Municipal de Finanças.



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**LEI MUNICIPAL Nº 5.565, de 06 de maio de 2025.**

**ANEXO I.**

**B - Declaração do Ordenador da Despesa.**

Na qualidade de Ordenador da Despesa, declaro para os devidos fins, especialmente os constantes do art. 169 § 1º, da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025, e, da Lei Orçamentária para 2025, que a criação de adicional ao cargo objeto deste Projeto de Lei, assim como o aumento da despesa de tal medida decorrente - conforme impacto orçamentário, financeiro constante do item "A" deste Anexo I - , tem adequação orçamentário-financeira com a Lei Orçamentária anual, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e compatibilidade com o Plano Plurianual, não provoca o extrapolamento do limite legal de comprometimento relativo as despesas com pessoal, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, e, não causa prejuízo às metas e resultados previstos.

Campo Bom, 06 de maio de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,  
Prefeito Municipal.